



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10/10/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro aberta a audiência pública sobre a efetivação e manutenção das leis municipais sobre a temática de hip hop, requisitada pelo Fórum Hip Hop Municipal SP, representado pelo rapper Pirata.

Informo que esta audiência pública foi publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* e no portal da Câmara Municipal de São Paulo. Informo também que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, no *link* Auditórios Online.

Suspenso a audiência pública por 15 minutos. Enquanto isso, teremos uma apresentação musical.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Reis.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Para compor a Mesa, convido os Srs. Gil Marçal, representante da Secretaria Municipal de Cultura, e Nando Comunista.

Para esta audiência pública foram convidados: a Secretaria Municipal de Cultura, que encontra-se representada, e a Secretaria Municipal de Educação. Pergunto se há, presente, algum representante da Secretaria de Educação. (Pausa) Convidamos também a Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania. Pergunto se há algum representante dessa Secretaria presente. (Pausa) Convidamos também a Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude, da Câmara Municipal de São Paulo; o Ministério Público do Estado de São Paulo; os membros do Fórum Hip Hop Municipal SP, que se encontram presentes.

Passaremos a palavra ao representante da Secretaria Municipal de Cultura, Sr. Gil Marçal. Depois, a palavra será dada para a exposição do Sr. Nando Comunista. Nesse período as inscrições estarão abertas para os que queiram fazer suas intervenções no plenário. A assessoria técnica da Comissão de Educação, na pessoa do Sr. João, procederá às inscrições.

Tem a palavra o Sr. Gil Marçal.

O SR. GIL MARÇAL – Boa noite. É legal que a Casa esteja cheia, que já tenha uma galera jovem se apropriando do processo político, das instâncias de participação. Saúdo a todos vocês e saúdo o Presidente da Comissão, Vereador Reis. Saúdo também o Fórum do Hip Hop na pessoa do Nando Comunista.

Desde quando essa nova gestão assumiu a Cidade com o Prefeito Fernando Haddad, essa gestão na Secretaria de Cultura que o Juca Ferreira trouxe - não só em seu discurso como também na sua prática – queria de alguma forma a gente discriminalizasse o hip hop dentro das atividades culturais da Cidade. Acho que o que a gente tem no correr dos últimos anos é que o hip hop saiu da pauta das programações de todos os espaços de cultura da Cidade e emblematicamente da Virada Cultural desde alguns incidentes. Havia uma série de pautas onde o hip hop se encontrava distante, e acho que a palavra é esta mesmo: criminalizado.

Então, uma das ações da Secretaria foi, desde 25 de janeiro de 2013, incluir o hip hop no aniversário da Cidade, incluir o hip hop na Virada Cultural e voltar a programar hip hop nos seus equipamentos de cultura.

Na Secretaria de Cultura, que fica no prédio da Galeria Olido, ao lado da Galeria do Rock, já havia um berço, uma história muito conectada com o movimento hip hop desde quando ela foi reinaugurada, em 2013, e deu para, de certo forma, começar a reconectar essa ligação com o hip hop, voltando a pautar encontros de hip hop alternados com outras linguagens artísticas.

Acho que um salto também importante que ocorreu, Reis, foi em 2013 uma experiência importante para o Fórum, para as Secretarias e para a Cidade como um todo: buscar uma nova forma de realizar a Semana do Hip Hop. Essa semana é fruto de uma lei municipal, que se manteve efetivada, realizada graças aos movimentos de hip hop, ao Fórum que anualmente persistiu, insistiu e mobilizou para que ela ocorresse. O que a gente fez não seria nada mais do que nossa obrigação, mas cabe esclarecer também que alguns nem

entendem como obrigação: tentar dar um apoio melhor, condições melhores do ponto de vista da disposição humana, dos equipamentos de realização dessas atividades, do recurso para que a Semana ocorresse de uma forma mais interessante, mais efetiva.

Assim, ela foi organizada de forma absolutamente popular, não é isso, Pirata? Houve mais de 120 atividades na Cidade, em CEUs e casas de cultura em todas as regiões da Cidade. Essa foi uma experiência que nos deixou muito satisfeitos e pretendemos melhorar a cada ano, aplicando mais recursos e que o processo de participação seja cada vez mais forte.

Uma das demandas do movimento hip hop que nos chegou bastante forte era pensar um espaço que fosse referência para o segmento, um espaço de conhecimento, de produção artística, de formação artística e que pudesse, de alguma forma, simbolizar a importância que o hip hop tem na Cidade. O que a Secretaria está respondendo em relação a isso é que estamos trabalhando um projeto de uma biblioteca temática do hip hop. Essa biblioteca é a Biblioteca Infanto-juvenil Adelpha Figueiredo, situada no Pari. Buscamos um equipamento que fosse preferencial, num primeiro momento, mais próximo do centro pensando na importância de um local de fácil acesso para as diferentes regiões da Cidade. Uma biblioteca dos anos 70, com uma arquitetura bastante interessante, que tem um segundo andar, e agora estamos trabalhando com os nossos arquitetos um projeto de reforma, necessária àquele espaço. A ideia é reunir naquela biblioteca, que tem a proporção praticamente de um Centro Cultural, materiais tanto do ponto de vista do conhecimento, da literatura, até para não perder a característica da biblioteca, e também um espaço em que se possa realizar treinos de *street dance*, onde haja um estúdio de gravação musical, um salão para atividades *etc.*

Esse é um projeto em curso. Temos uma parte de recursos para isso em 2014, mas ainda estamos buscando mais recursos para conseguir que esse projeto seja efetivado e concluído o mais rápido possível.

Essas são algumas das ações objetivas em relação ao hip hop, que a Secretaria

tem traçado, além de uma ampliação dos programas de cidadania cultural, que não estão só para o hip hop, mas para o conjunto das manifestações dos grupos culturais da Cidade. Cito a ampliação do VAI, com o advento do VAI 2; lançamento do edital dos agentes comunitários, pois há pessoas que ou estão estudando ou praticando hip hop ou para as quais o hip hop seja um mecanismo de atuação e articulação nas diferentes comunidades da Cidade; e também os pontos de cultura.

Essa é a parte que conseguimos fazer andar, do começo do ano até agora, para a qual temos respostas objetivas e efetivas para dar hoje nesta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Chamo, para compor a Mesa, o Sr. Rafael, representante da Secretaria Municipal de Educação.

Gostaria de saber se neste plenário há alguma senhora ou senhorita que queira também compor a Mesa. Queremos paridade na Mesa. (Pausa) Chamo a jornalista Cândida, do Sindicato dos Jornalistas, para compor a Mesa conosco.

Vamos ouvir o Rafael, representante da Secretaria Municipal de Educação.

O SR. RAFAEL FERREIRA SILVA – Boa noite a todos e a todas. Agradeço por esta oportunidade ao Vereador Reis, na pessoa de quem cumprimento todos os membros da Mesa.

Estou como Coordenador do Núcleo de Educação Étnico Racial da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Desde ano passado, quando assumimos, temos realizado uma política, dentro do Núcleo de Educação, que é a de estabelecer políticas públicas em três áreas que definimos desde o ano passado: história e cultura africana e afro-brasileira, história e cultura indígena e educação para imigrantes.

Dentro da área de história e cultura africana e afro-brasileira, estabelecemos um diálogo com a sociedade civil, com os movimentos sociais e organizados, para levantar demandas e realizar um processo de trabalho muito mais próximo, democrático e participativo em relação à sociedade civil.

Esse Núcleo pertence a um órgão dentro da Secretaria chamado DOT – Diretoria de Orientação Técnica, que, basicamente, cuida da formação de professores. Esse Núcleo está dentro de um órgão que cuida da formação de professores, e foi a primeira vez que DOT participou da Semana de Hip Hop. Costumamos dizer que debutamos na Semana do Hip Hop, porque, até então, um órgão que cuida da formação de professores nunca havia participado oficial e formalmente de uma atividade como essa. Participamos da organização fazendo uma programação de oficinas voltadas a professores e alunos durante a semana. Paralelamente, em conversas com o pessoal da Cultura, e com outro Setor da nossa Secretaria, o Sala CEU, identificamos a necessidade de trabalhar a linha formativa em parceria com o conceito de arte-educação. Com isso, identificamos a necessidade de, portanto, abrir um processo de credenciamento e de contratação de arte-educadores para que eles pudessem trabalhar a formação dos professores e realizar um trabalho junto aos alunos e alunos da rede municipal.

Feito isso, realizamos agora, em parceria com o pessoal do VAI, que divulgou – e agradecemos muito inclusive o papel de divulgação do edital feito pelos colegas da Secretaria de Cultura -, entre 22 e 30 de setembro, as inscrições para credenciamento de arte-educadores para trabalhar com a formação dos professores e com os alunos. Tivemos 240 inscrições em 7 dias úteis, sendo que 30% dos inscritos são do segmento hip hop. Fizemos questão de colocar na inscrição a opção hip hop. Havia a opção de música e dança, mas havia a necessidade de especificar a opção do hip hop, tendo em vista toda a questão da lei, da conjuntura, e da importância da história do hip hop na cidade de São Paulo. Então, temos cerca de 30% de inscritos para esse edital só do hip hop.

A ideia é desenvolver, a partir de 2015-2016, a linha de trabalho hip hop nas escolas, em consonância com a lei do hip hop nas escolas, com a Semana do Hip Hop e também com a perspectiva – como já colocamos para os colegas do hip hop -, a intenção de pensar um programa parecido com o Repensando a Educação, realizado na gestão da ex-Prefeita Luiza Erundina.

Nossa ideia, a partir de 2015-2016, é realizar um trabalho de formação dos professores e de educação voltada aos alunos trabalhando as diversas linguagens e expressões do hip hop nas escolas. A previsão do começo do trabalho - realizada a contratação, seleção e todo o processo de credenciamento necessário – é para março de 2015. Essa é a previsão de contratação desses arte-educadores, 30% dos quais oriundos do hip hop, para a realização das oficinas e todo um programa de Arte Educação voltado para a implementação das Leis 10.639 e 11.645, as duas leis que implementam a história e a cultura afro-brasileira e indígena na rede de ensino do Município, e para o cumprimento da Meta 58 do Programa de Metas, que tem justamente a intenção de implementar essas duas leis.

Nessa perspectiva de efetivamente voltar o hip hop para o seio do sistema educativo municipal, já temos essa programação para 2015-2016 a partir desse edital de arte-educadores e da subsequente contratação de arte-educadores.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, Sr. Rafael, nesta audiência pública representando a Secretaria de Educação.

Convido para também compor a Mesa os Vereadores Toninho Vespoli e Jean Madeira.

Passo a palavra ao companheiro Nando Comunista para sua apresentação;

O SR. NANDO COMUNISTA – Boa noite. Inicio fazendo uma “nota de rodapé” para explicar o que é uma audiência pública.

Como sabemos, quando estudamos Ciência Política, que os direitos políticos fazem parte da participação do cidadão no governo da sociedade. Participar no governo da sociedade pode ser através das eleições e - no caso do Poder Legislativo municipal, Câmara de Vereadores, são eleitos 55 Vereadores para um mandato de 4 anos – e também diretamente nos termos da Constituição brasileira, no seu artigo 1º, ou seja, diretamente, o que chamamos de democracia participativa. Portanto, esta audiência pública faz parte dos direitos políticos que preveem participação popular; ou seja, democracia participativa.

Uma audiência pública é um local, uma assembleia em que nós, o Governo e a sociedade, discutem algum tema, e cabe, durante essas audiências públicas apresentar documentos, manifestações *etc.* As pessoas podem participar porque depois tem que ser aberta a audiência para o debate. Também podem ser apresentadas moções, outra forma de manifestação referente a qualquer tema.

Então, a audiência pública não é uma palestra onde as pessoas da Mesa e os outros ouvem. Há um diálogo, uma reflexão, com discordâncias e concordâncias. Temos aqui os Vereadores que compõem a Comissão – depois eles podem falar melhor – e nós do Fórum Hip Hop, que estamos discutindo políticas públicas de juventude a partir da visão do hip hop, até porque a cidade de São Paulo tem deixado à margem da sociedade os nossos jovens.

Uma segunda questão é que Cidade Tiradentes virou mote, na fala dos políticos municipais, na fala dos Secretários. Pergunto: há pessoas aqui hoje de Cidade Tiradentes? (Pausa) Quantos? (Pausa) Então... E nós, que somos alvo do Governo, precisamos entender o que esse Governo faz para a juventude, porque tem crescido muito o número de unidades da Fundação Casa para atender os nossos jovens, e os convênios da Prefeitura para medidas socioeducativas em meio aberto para manter o adolescente em liberdade assistida e na prestação de serviços à comunidade. No entanto, políticas de empreendedorismo se resumem a artesanato, que a Prefeitura oferece. Fazemos a análise e não entendemos.

Há uma série de projetos de lei parados no Parlamento que poderiam ser positivas, gerando serviços, programas e projetos que poderiam servir à juventude. O que será que virou a Casa da Juventude de Cidade Tiradentes, que era a Casa do Hip Hop e virou um Centro para a Juventude da Assistência Social? Agora as pessoas não podem entrar lá de boné, de bermuda e de camiseta, porque há que se formar os pobres e miseráveis para trabalhar. Aí, oferece-se uma bolsa, e muda-se todo o programa. E nós perdemos a Casa do Hip Hop, perdemos o Eixo.

Também há um Centro Cultural de Formação Cultural. Alguém aqui conhece o

Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes? (Pausa) Vejam, aqui só há jovens! Olhem lá: poucos jovens conhecem. O eixo lá é hip hop, mas também são raras as atividades de hip hop naquele centro cultural de juventude.

Vou falar um pouquinho do Fórum Hip Hop. Na verdade, pessoal, fórum é um espaço onde as pessoas se reúnem para discutir políticas públicas na Cidade. Nós, desde 2005, estamos conversando, tentando dialogar com o Governo sobre a política de juventude na visão do hip hop. A ideia do fórum é estabelecer um diálogo entre os jovens do movimento hip hop e dialogar com o Poder Público, que está tão distante de nós. Estamos em Cidade Tiradentes, onde só há Companhia de Polícia, ônibus superlotado e outras situações criminalizadoras. A ideia é abrir um canal de diálogo e também criar alguns critérios públicos para que o Governo não privilegie as classes mais elevadas: a juventude de Pinheiros, a juventude de Alphaville, a juventude do Morumbi, zona Sul, que são tratadas de modo diferente.

A ideia do Fórum é difundir o hip hop, elaborar políticas públicas de juventude – porque podemos participar do Governo, discutir e elaborar políticas e também sugerir -; inserir o hip hop como tema transversal da educação; combater a discriminação de gênero, que é a questão do machismo; organizar uma agenda de hip hop na Cidade, porque só existem atividades de hip hop esporadicamente, na época da Semana do Hip Hop, próximas ao dia 20 de novembro com alguns caras que são bem remunerados, mas, no restante do ano, não se fala mais de hip hop na Cidade; combater a discriminação racial; atuar contra a violência policial e discutir o tema do trabalho, emprego e inserção produtiva.

Esses são os eixos estratégicos do Fórum Hip Hop que, a partir, dessa ideia, passou a acompanhar algumas Comissões na Câmara Municipal e também a pressionar para garantir orçamento para alguns programas, porque o Governo tem uma tendência de destinar recursos para uma área e para outras, não. Assim, temos que vir para cá na época da discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento e apresentar um documento pedindo que haja pelo menos 1 real como rubrica orçamentária para depois o Poder Público, o

Poder Executivo pode complementar se necessário.

Fazemos uma conversa a partir de alguns pontos, como a descentralização do poder e a democratização do acesso à Cidade, algo em que somos muito marginalizados. Embora haja um sistema de subprefeituras, ainda não existe um diálogo e uma proximidade do Governo com a população.

Outro ponto é o resgate da história do hip hop, que tem sido marginalizado pelos governos, inclusive durante a gestão do Kassab não havia nada de hip hop. Inclusive a Casa do Hip Hop foi vetada pelo Prefeito da Cidade, que disse que ela iria favorecer o hip hop em detrimento de outros segmentos de juventude. Aí, mudou o nome para Estação Juventude e agora ele virou um centro de juventude.

Outros pontos: o fortalecimento do Fórum como espaço de discussão e deliberação e o resgate da Casa do Hip Hop de Cidade Tiradentes. Nós ainda não estamos satisfeitos e não engolimos essa ideia de mudar a Casa do Hip Hop para um centro de juventude, que você não localiza na estrutura de Governo. Você só consegue ler “Centro para Juventude”, que faz parte da Assistência Social e para o qual há 54 mil destinados, e só. Não há programação, você não encontra uma Secretaria que responda pela Estação Juventude. E o pior: é dito que se trata de uma Estação Juventude e que deveria haver uma em cada subprefeitura.

Outro ponto: hip hop, cultura de rua contra a violência. Já é intrínseco ao movimento hip hop combater as discriminações, lutar contra a violência contra o povo. Também: fomento a estúdios públicos de gravação, rádios, TVs comunitárias do hip hop organizado. Ainda: a valorização das posses, das bancas, dos coletivos, grupos e agrupamentos de hip hop, porque temos um problema sério nesta Cidade: quem tem carteirinha de músico recebe 30 mil, 50 mil do Governo Municipal, e quem não tem nada fica marginalizado e canta de graça. Essa é a lógica da escravidão. Na hora de remunerar, remunera o pessoal de outra classe social; na hora de fazer trabalho voluntário, nós pretos estamos fazendo.

Além disso: programas de reconhecimento profissional, formação e apoio aos MCs, aos DJs, Bboys, Bgirls e grafiteiros e hip hop como conhecimento de formação. Aí, temos a experiência do Repensando a Educação, primeira vez em que se discutiu o hip hop na lógica da educação, como formação.

Outra questão: projeto de ocupação do hip hop na programação dos centros culturais, casas populares de cultura e na rede CEUs da Cidade de São Paulo. Essa política civilizatória, em que veio o burguês ou o pequeno burguês para educar o bruto, é um pouco do que acontece. Alguns grupos de teatro – nada contra o teatro, que é muito importante – e de danças contemporâneas vão ao CEU, fazem suas atividades, pessoas estranhas à nossa sociabilidade, e os artistas locais não são convidados a fazer parte também como protagonistas de seus próprios locais. Inclusive os CEUs andam um pouco abandonados porque não interagem muito bem com a comunidade local.

Também o Programa VAI Hip Hop, sobre o qual há discussão. Embora seja contemplado o hip hop – tantos por cento do VAI são pessoas relacionadas ao hip hop que apresentam o projeto -, nós também queremos. Por que existe um fomento para a dança contemporânea, mas não pode entrar o *break*, esse gênero é discriminado. Então, se alguém apresentar um projeto para a Lei de Fomento de dança contemporânea e se incluir nele o hip hop, não pode; só podem as danças europeias. Nada contra a dança europeia, contra a cultura europeia e erudita, mas as danças populares têm de fazer parte. E o Hip Hop é uma dança popular. Há um projeto de lei no Senado que trata o Hip Hop como uma manifestação da cultura nacional, e é só para entendermos. E a cidade de São Paulo discrimina o *break*, política de combate ao genocídio da juventude preta, é um extermínio. São 54 mil mortes anuais, a maioria são jovens pretos, jovens pobres da periferia, que são perseguidos pelo Estado em seus três níveis. Diga-se de passagem, a Operação Delegada, que está fazendo vítimas no centro, é uma iniciativa do Governo Municipal.

O que então nós queremos, pessoal? Primeiro, discutir esses projetos de lei que

estão engavetados. Viemos para a Comissão da Criança, Adolescente e Juventude para discutirmos, para debatermos. Desde 1996 conversamos sobre essas leis, que foram acatadas por alguns Vereadores que as propuseram como projeto de lei, e tem de entrar como projeto de lei, tramitar pelas comissões e depois - quem sabe, um dia - os Vereadores de bom grado põe em pauta. E a maioria deles foi rejeitada, foi arquivada. Quando fazemos consultas a esses PLs, dos que não viraram lei, eles estão rejeitados, arquivados. Vejam como é tratada a nossa juventude na cidade mais rica do Brasil, cidade que tem um Orçamento de mais de 50 bilhões, imaginem vocês.

Primeiro, a Semana do Hip Hop foi aprovada, e eu era estagiário na Coordenadoria da Juventude. Nós garantimos e fizéssemos a primeira em 2005. Depois, os governos de plantão, não deram seguimento. Beleza, há a lei, não foi regulamentada, mas conseguimos que fosse regulamentada em 2007, entrou na consolidação do calendário de eventos da cidade. Foi regulamentada: ah, não há orçamento. Aí a Soninha, então vereadora, destinou uma rubrica de 100 mil reais, mas não saiu. Viemos na audiência pública, propusemos um orçamento. Bacana, foi acatado pela Mesa Diretora. Aí chega o Prefeito, por conta da suposta crise de 2008, congelou, e disse que não ia fazer. Já que tinha orçamento, lei e regulamentação, pessoal, não houve alternativa se não responsabilizar o governante. Como conhecemos um pouco de política devido à trajetória de brigar contra o racismo e tudo mais, aprendemos um pouco o caminho. Entramos com uma representação contra o Governo Municipal, que teve de fazer um termo de ajuste. Antes disso, os caras que não queriam fazer a Semana do Hip Hop, apresentaram várias atividades para justificar que o Governo já fazia a Semana do Hip Hip, uma grande mentira porque não tinha nada a ver com a Semana do Hip Hop, pois a Semana do Hip Hop é uma lei específica. A partir daí o Governo fez um termo de ajuste de conduta e passou a fazer a Semana do Hip Hop. Das leis aí, a que está em vigência, conseguimos garantir este ano que a Secretaria da Cultura fizesse um fórum ampliado em que as pessoas discutissem para não privilegiar os amigos do rei ou os grupos que sempre se

apropriam, nesta época, dos recursos públicos, que são as pessoas que apoiam os A, B, C partidos.

A Semana do Hip Hop teve avanço. Creio que em 2015 será melhor porque pessoas progressistas, em quem nós acreditamos, estão no Governo, mas não basta ser progressista, precisamos estar sempre ali, no pé, brigando, convocando, dialogando, discordando, isso é normal, isso é fazer política.

A Casa do Hip Hop está engavetada, a Casa de Cultura Hip Hop Malcolm X também está engavetada, arquivada. O Dia do Hip Hop foi incorporado à Semana do Hip Hop. O prêmio Sabotagem Resolução 2, aprovado desde 2004, até hoje não saiu. Só precisa que o presidente da Comissão de uma canetada, assine e autorize. E até hoje, nada. Viemos conversar com outro Vereador da Comissão da Juventude, e não saiu. Conversamos, dizem que vão dar resposta, nós voltamos, apresentamos requerimento e, quem sabe, dessa vez sai.

O programa Hip Hop Educação também está arquivado, seria para todas as escolas municipais, para discutir a questão da educação, dos valores, da identidade, da ancestralidade africana a partir do Hip Hop, está engavetado, rejeitado.

Também queremos a criação de projeto de lei que institua o Dia do DJ no calendário. Há Dia do Grafite, Dia do Hip Hop, acho que tinha de ter o dia de cada um dos segmentos e que fosse no mês de março. Em vez de fazer uma semana, talvez, fazer um mês inteiro de Semana do Hip Hop para discutir essas questões.

Mais abaixo há as leis de importância para a juventude. No dia 27 é comemorado o Dia do Grafite. Está ali: projeto de lei 840, dispõe sobre a utilização dos espaços da cidade de São Paulo para a arte do grafite e dá outras providências. Aqui as leis para a juventude, todas estão paradas, não entram na Ordem do Dia, na pauta de votação.

Para vocês entenderem: PL 488, dispõe sobre incentivo à cultura afro-brasileira nas escolas municipais; PL 333, Casa de Cultura de Parelheiros e dá outras providências; PL 309, denomina Casa de Cultura Wilson da Luz dos Santos, Casa de Cultura da Brasilândia, na

Subprefeitura da Freguesia do Ó e dá outras providências; PL 263/13, autoriza o Executivo Municipal a entregar material didático e alimentação aos atendidos pelo Programa MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo; PL 251, dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de adolescentes, jovens e idosos atendidos em medidas sócio-educativas pelas empresas contratadas pelos órgãos da administração pública municipal direta e indireta e dá outras providências; PL 121/13, cria no âmbito da subprefeitura do Município de São Paulo espaço para livre manifestação da cultura do *funk*; PL 120, autoriza o poder municipal a conceder incentivo fiscal para a realização de projetos culturais e dá outras providências; PL 102, altera a lei 14.485/07 para instituir a Semana Municipal de Prevenção, Conscientização e Combate ao Uso de Drogas, projeto importante porque ainda não consta de estatística a morte dos adolescentes por inalar lança perfume. Certa parcela dos jovens com idade entre 13 e 16 anos morre e passa despercebido, não aparece no boletim de ocorrência ou no atestado de óbito que a morte foi por conta de inalação de lança perfume. Infestaram à periferia de lança perfume, talvez os governos de plantão não tenham conhecimento dessas mortes.

Continuando: PL 80, denomina pista de *skate* Alexandre Magno Abrão, Chorão, área conhecida como Pista de Skate Saúde, localizada na Rua Dom Vilarés, debaixo do Complexo Viário Maria Maluf; PL 46, institui o Fundo Municipal de Cultura de São Paulo destinado a apoiar e suportar financeiramente projetos; PL 43/13, institui Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais – ProAmac, dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de projetos culturais e dá outras providências; PL 15/13, dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura da cidade de São Paulo; PL 521, institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais; PL 520, institui o Programa de Valorização das Iniciativas Esportivas; PL 09/12, institui o Premio Henfil Direitos Humanos para HQ – Juventude e Cultura fazendo cidadania e arte; PL 463, institui o Programa para Valorização das Iniciativas Esportivas, Secretaria Municipal de Esportes; PL 497, atribui nova redação ao decreto

44.565/04, que regulamenta a lei 11.355 - que dispõe sobre a venda de ingressos de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos municipais, circenses e eventos esportivos a estudantes de 1º, 2º e 3º graus, alterada pela lei 13.715/04; PL 256/11, concede isenção de tarifa de transporte a estudantes bolsistas do Proune, entre a sua residência e o estabelecimento de ensino nos limites do Município de São Paulo; PL 235, institui a política de tarifa reduzida no transporte coletivo urbano público e municipal; PL 595/ 09, estabelece parâmetros para a criação de centros de referência da juventude; PL 348, dispõe sobre a implantação de Projeto Educacional Jovens Trabalhadores; PL 553/07, autoriza o Executivo Municipal a celebrar convenio com a Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer do Governo do Estado de São Paulo; PL 169, autoriza o poder executivo a criar o passe gratuito para uso dos estudantes paulistanos nos veículos de transporte coletivo público de São Paulo; PL 190, Estatuto da Juventude; PL 20, institui o Programa Vamos Combinar, voltado à prevenção da gravidez indesejada e DST-Aids, que também está rejeitado; PL 422/04, cria na cidade de São Paulo a Casa do Hip Hop; PL 378, dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Plantão Jovem em todas as unidades de saúde do Município de São Paulo. Esse projeto começou em Cidade Tiradentes, foi sucateado e também engavetado por inconstitucionalidade.

Continuando: PL 153, dispõe sobre a obrigatoriedade de cadastramento de mãe solteira vítima de abandono, da violência urbana, nos programas de qualificação profissional, sempre que tiverem matriculados seus filhos em creches e escolas municipais da cidade de São Paulo; e PL 355, dispõe sobre a criação de um sistema municipal integrado de inserção de jovens no primeiro emprego.

Então, é uma série de leis que poderia melhorar a vida das pessoas da cidade de São Paulo, principalmente para nós, que moramos em bairros distantes, e que lá as empresas ganham muito dinheiro, só que o imposto deles é investido em outros bairros. Aí a receita vai para os bairros nobres e nós ficamos com o prejuízo. Sempre discuto que há empobrecimento do nosso bairro e quem é que investe no bairro? Qual empresário? Nenhum. As subprefeituras

estão impedidas de conceder alvará para funcionamento do comércio. As próprias pessoas criam comércio. O pancadão, tão criticado, é que cria, que desenvolve o comércio nos bairros. A partir do momento que começa a aglomerar pessoas começa a geração do comércio, seja de bebida alcoólica, seja de *narguile*, coisas que até prejudicam o desenvolvimento da juventude, mas também oferecem alimentos. Essas são as formas que há numa cidade totalmente desigual, opressora, discriminatória e segregadora. Estamos segregados em Cidade Tiradentes, não há mobilidade, não há direito de frequentar, de desfrutar da cidade. É tão distante e é caro, muito caro vir para o centro de São Paulo.

Essa é um pouco da minha fala, um pouco do que o Fórum Hip Hop defende nesta audiência pública.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Estão encerradas as inscrições. Há mais nove pessoas. São três minutos para que cada um faça a sua intervenção.

Gostaria de falar dos vários projetos citados. Vou conversar com os Vereadores da Comissão de Educação, e acho que alguns deles podem ser ressuscitados. A partir do momento que o Vereador não está mais na Casa, que deixou de ser Vereador, o seu projeto fica arquivado. Teríamos de pedir autorização do autor para que volte a tramitar e dar coautoria de Vereadores que estejam no exercício do mandato, Vou conversar com meus amigos, com meus colegas da Casa – os Vereadores Toninho Vespoli, Jean Madeira e demais da Comissão – para que analisemos os projetos e busquemos o autor para autorizar a coautoria, para que volte a tramitar. Caso contrário, ficará hibernando, dormindo.

Por exemplo, o projeto do espaço para o *funk*, o projeto é de minha autoria, foi aprovado, mas vetado pelo Executivo, não sobreviveu. Tramitou nas comissões, teve parecer favorável, mas quando foi à sanção, o Executivo entendeu que não cabia, alegando que teria de ter espaço para o samba, para outras atividades culturais, e por esse motivo foi vetado. Há outros, que eu sei, devem ser de autoria do Jean Madeira, do Toninho Vespoli, estão

tramitando na Casa, e o PL 46, de minha autoria, trata do Fundo Municipal de Cultura. Não é fácil aprovar aqui os projetos, às vezes, dialogamos com o Executivo, mas nem sempre caminha junto com a gente. Apresentamos projeto, dá muito trabalho, e quando você busca convencer de que seja sancionado, para que possa realmente produzir seus efeitos, como foi o projeto das cotas raciais, que eu aprovei junto com os Vereadores da bancada do meu partido – deu coautoria a todos eles -, não foi fácil de aprovar. Depois de aprová-lo tememos o veto, fizemos campanha pela sanção. Nem sempre a vontade do legislador condiz com a vontade daquelas pessoas que estão nos cargos técnicos. Um parecer de um técnico põe fim a todo um trabalho que durou meses para ter vida. E aquele, um parecer técnico faz com que o Executivo vete.

Anotei alguns projetos, depois se puderem me passar a relação, nós faremos um estudo em torno deles. Há alguns que não têm condições de sobreviver. Quando eu falo na criação de uma Casa de Cultura, essa matéria não é de Vereador, é do Executivo. Vai ser vetado, com certeza. Quem terá de produzir a Casa de Cultura, eu posso indicar nos termos do regimento para que o Prefeito faça uma Casa de Cultura em Parelheiros, é competência dele e não de vereador. Muitas vezes, o Vereador apresenta projeto para estabelecer o debate, há necessidade de Casa de Cultura, de Casa do Hip Hop. Eu apresentei a Casa do *Funk*, mas chega lá na frente é vetado porque não é matéria do legislador, é do Executivo. Ele é que tem de mandar o projeto a esta Casa, ele tramitará e nós aprovaremos ou não.

Passemos ao próximo inscrito. O primeiro é o rapper Pirata do Fórum Hip Hop.

O SR. PIRATA – É difícil a gente *colar* nesse *bang* aqui. A gente fica com o maior medo, é difícil falar, mas a Casa é do Povo. Há Vereadores que saíram daqui e se tornaram deputados federais e estaduais, são policiais militares. Sabe o que eles falaram para ser eleitos? Que todo mundo que está aqui é bandido. Foram todos contra os adolescentes e os jovens. E a gente acha: ah, é comum. Quando falam da redução da maioridade penal, estão falando que todo mundo aqui é o crime; e o crime é também não deixar a gente participar disso

daqui.

Por que estão fazendo no horário das 19h? Esse tipo de audiência pública ocorre todo dia nesta Casa, mas sabe qual é o horário? A partir das 9h, 10h, 14h. O que o trabalhador, o estudante estão fazendo? Ou na escola ou trabalhando. Aí não participamos.

Então, este *bang* é chato porque não participamos disso, mas é aqui que faz uma lei que vai deixar você dançar um ou curtir um *rap* no seu bairro. Quando um policial te enche o saco, ah, não pode! É porque um cara que está sentado nesta mesa assim determina. A gente tem que se *ligar* no que estamos fazendo aqui, na suavidade. E a gente é do nosso jeito mesmo, ninguém controla a gente. Num restaurante é assim: servidor, serve, não é servido, e, geralmente, eles querem ser servidos.

Vamos ao assunto: Moção de Urgência para Implementação da Casa do Hip Hop.
“Sr. Secretário, Srs. Vereadores O Fórum Hip Hop Municipal, da cidade de São Paulo é um espaço aberto ao diálogo entre pessoas, posses, grupos e integrantes do movimento Hip Hop da cidade de São Paulo.

Desde agosto de 2005, o fórum, representado por mais de trinta coletivos de Hip Hop de diversas regiões da cidade, tem se reunido para discutir políticas públicas de juventude a partir das demandas do Movimento Hip Hop, considerando que a participação do governo e da sociedade se dá por meio de representações políticas ou diretamente nos termos da lei; considerando que políticas públicas são ações, serviços, programas e projetos, desenvolvidos pela sociedade, voltadas às necessidades de vida de todos os homens e mulheres, e que estes têm o direito inalienável à cidade e de pensar essas ações - isso quer dizer, pertencer a cidade e ver como ela tem que ser, nós determinamos a cidade e não outras pessoas-, propondo e construindo conjuntamente com o poder público – instância esta que tem sentido quando garante a existência do que o seu povo necessita.

São Paulo é a cidade que abriga a maior parte dos jovens do Movimento Hip Hop e é a capital do Hip Hop do Brasil, pois, foi em São Paulo, em meados da década de 1980, mais

exatamente na Rua 24 de maio que tudo começou. Posteriormente parte do Movimento migrou para Praça Roosevelt e se consolidou no Metrô São Bento. O Movimento Hip Hop tem como integrantes em sua maioria uma população jovem que busca, por meio dos quatro elementos, um meio de socialização do patrimônio cultural africano e questionamento das condições de vida e denuncia do racismo, preconceito racial e discriminação racial. No interior do Movimento Hip Hop a maioria das pessoas percebe a necessidade de identificar as principais demandas e carências e desenhar um conjunto de ações articuladas, que possam ser desenvolvidas de forma integral na comunidade”.

Tanto é que agora o pessoal está contra o Nordeste, como se o Nordeste fosse culpado de uma política zoada.

“Considera-se de grande importância a construção e implementação de, no mínimo, cinco Casas do Hip Hop na Cidade de São Paulo”. Então, Casa do Hip Hop em Cidade Tiradentes e mais nas outras cinco zonas. Você tem a zona Sul, que é a mesma *fita*; você tem o *lance*...

A gente fala na gíria porque *nóis* é da rua mesmo, certo?

Então, você tem a zona Oeste, que é o mesmo *bang*; na zona Norte, a mesma coisa. As mortes na juventude está em todos os *bangs*. Só a juventude vai morrendo, como se a gente fosse culpado de alguma coisa.

Na verdade, as cinco casas são para “conservar a memória, acesso à informação, cultura, lazer, entretenimento apresentações artísticas e, principalmente a democratização do patrimônio cultural - o Hip Hop é patrimônio da cidade de São Paulo-, incluindo os jovens de todas as classes sociais em espaços de cultura e cidadania”. Então não estamos falando só do jovem da periferia, falamos de todos, mas principalmente do jovem preto da periferia, porque eles acham que a gente tem de ficar na Fundação Casa.

“Esta proposição visa atender a uma antiga reivindicação, desde 1996, da juventude organizada do Movimento Hip Hop de São Paulo, que clama por uma Casa da

Cultura Hip Hop no Município de São Paulo. O Movimento Hip Hop nascido na periferia tem-se fortalecido como alternativa para inúmeros jovens pobres, que quase não têm opções culturais e profissionais em todo o Brasil.

A criação e implementação da Casa de Cultura Hip Hop em São Paulo proporcionará um ambiente que, além de concentrar todas as artes, promoverá de forma organizada o casamento ideal entre cultura e cidadania. Lá a juventude encontrará possibilidade de criar, de trocar, de dar informações e conviver com decência, item que a rua, de onde se originou o hip-hop, não oferece. Além da arte, este espaço será um ambiente de inserção produtiva, de formação de público, de circulação de artistas, de debate, de reflexão e de informação, seja ela sobre o Movimento Hip-Hop ou sobre questões como a prevenção sexual e o preconceito.

Em geral, o Hip Hop se organiza em posses, núcleos, bancas e grupos, em modelo simplificado de ação coletiva. Elas, as ações, nascem e sobrevivem dentro das próprias comunidades periféricas, que por serem muito pobres, atuam com poucos recursos, chegando muitas vezes a não ter nem sede. Nesse contexto, um espaço como esse será de extrema importância, pois ali surgirão as reflexões sobre a cultura de rua, o combate ao racismo, à afirmação da história e cultura do povo afro-brasileiro.

O Hip Hop, que ainda é mais conhecido como Rap, tem como objetivo ser a voz de uma juventude quase sem perspectivas. A cultura é composta de quatro alicerces. Na Casa da Cultura Hip Hop todos os elementos estarão representados: o DJ, pessoa que traz a música para dançar; o MC, a voz que dialoga com os que dançam; o B Boy e a B Girl, dançarinos; e o grafiteiro, expressão das artes plásticas.

O Hip Hop é um movimento engajado, no qual as pessoas se divertem, se distraem, se conscientizam e se politizam. Neste contexto, a criação da Casa de Cultura de Rua Hip Hop no município de São Paulo, a exemplo do que já ocorre em outros municípios, será um espaço que contribuirá para a inclusão social, a construção de autoimagem, e com a autoestima da

juventude da periferia de nossa cidade. A Casa do Hip Hop oferecerá oportunidade aos jovens desenvolverem suas potencialidades artísticas e intelectuais, diminuindo dessa forma a sua exposição à violência. Neste sentido, conclamamos aos nobres Vereadores, Secretários e demais autoridades e cidadãos para acatarem a nossa propositura.

Ante o exposto, atendidas as formalidades regimentais, queremos a construção e a implementação das casas de hip hop abaixo elencadas. Dizem que não há creche na Cidade porque não existem espaços públicos. Queremos as casas de hip hop e vamos relacionar os espaços abandonados da Cidade. Na zona Oeste: Parque Pinheirinho D'Água, Rua Estrada de Taipas, sem número, Jaraguá. Na zona Sul: CDM Jardim Patente, Rua São Paulo, nº 156; Grajaú, Rua São José do Rio Preto, nº 800; Parque Jardim Primavera, Estrada do Alvarenga, nº 2.000. Na zona Norte: antiga Escola Municipal, Rua Mendonça Junior, nº 80, Vila dos Andrades; Lauzane Paulista, Praça do Coreto, cruzamento com a Avenida Ultramarino e Avenida Direitos Humanos. Na zona Leste: Estação da Juventude, Rua Pedro Iovine, nº 161, Cidade Tiradentes; Parque da Ciência, Rua Ernestina Lesina, nº 266, Cidade Tiradentes, Subprefeitura; Parque Linear Consciência Negra, Rua José Francisco Brandão, nº 320, Cidade Tiradentes; Parque Vila do Rodeio, Rua Igarapé da Bela Aurora, nº 342, Inácio Monteiro; Parque Linear do Rio Verde, Avenida Itaquera, São Paulo.

Todos os movimentos e as pessoas que quiserem assinar a moção, ela está à disposição. Por que a gente está falando o que a gente quer? Porque eles perguntaram. Por isso estamos apresentando o que queremos. Agora eles têm de executar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Rapper Pirata. O próximo orador inscrito é o Sr. Álvaro Chuck.

O SR. ÁLVARO – Boa noite a todos. Meu nome é Álvaro e meu vulgo é Chuck. Sou morador da zona Norte, na Casa Verde Alta, mais especificamente no Sítio do Morro.

Primeiro quero esclarecer aos jovens e ao pessoal que veio à Casa do Povo que apesar de ter bandeirantes, matador de índio e de negro, como o quadro principal aqui mostra,

esta continua sendo a Casa do Povo. A gente tem de ocupar esta Casa e este espaço.

Gostaria de esclarecer que os outros estilos musicais, como o *funk*, o samba, eles não deveriam ser pautados nesta reunião hoje. Eles não vêm ao caso, porque hoje estamos pautando espaços culturais e reivindicações para o Movimento Hip Hop, que não vem a ser um estilo musical. O Movimento Hip Hop é um movimento político organizado que engloba quatro elementos: o rap, que é um estilo musical sim; o DJ; o Graffiti e a dança por meio do B. Boy. Vai muito além de um estilo musical, por isso não podemos pautá-lo apenas como estilo musical.

Outro ponto, o hip hop, diferente de outros estilos que vêm sendo comparados, é um movimento político organizado há muito tempo na cidade de São Paulo, inclusive ele é patrimônio cultural desta Cidade. Os Vereadores e os senhores da Mesa devem saber disso, porque ele está dentro do calendário desta Cidade. No calendário oficial da cidade de São Paulo diz que o hip hop é patrimônio da cidade de São Paulo. Vocês acreditam nisso? Em São Paulo, esta grande metrópole, uma das maiores do mundo, há o maior movimento hip hop do Planeta.

Vou ler a moção de urgência que o Fórum de Hip Hop vai propor à Câmara dos Vereadores e às comissões pertinentes, pautando os projetos de lei que estão arquivados. Pedimos urgência nesses projetos de lei.

“Srs. Presidente e Vereadores, o Fórum Hip Hop Municipal é um espaço aberto de diálogo entre pessoas, posses, grupos e integrantes do movimento Hip Hop da cidade de São Paulo. Desde agosto de 2005, o fórum, representado por mais de trinta coletivos de Hip Hop de diversas regiões da cidade, tem se reunido para discutir políticas públicas de juventude a partir das demandas do Movimento Hip Hop.

Srs. Vereadores, somos parte da população da cidade de São Paulo, jovens que vivem em diversos bairros desta cidade, principalmente nas periferias, onde o Movimento Hip Hop promove o encontro da arte e do homem em construção. Nós questionamos as condições

atuais de sobrevivência na cidade de São Paulo, uma das principais megalópoles da América Latina, muitas vezes, precárias e esquecidas pelo Estado, nos seus três níveis de governo; municipal, estadual e federal. No que se refere a nossos direitos básicos de existência e de dignidade humana: água, esgoto e moradia.

Criamos, assim, um espaço para nos valer a voz, em 2005, junto ao Poder Público Municipal, um Fórum permanente que discute as necessidades desta população jovem e estabelece uma nova relação com o Poder Público como parceiros e interlocutores, realizando arte e o direito à Cidade, através do Hip Hop junto às Políticas de Juventude.

Os princípios que nos orientam são: a difusão do Hip Hop, a elaboração de Políticas Públicas de Juventude, a inserção do Hip Hop como tema transversal da educação, o combate à discriminação de gênero, a organização de uma agenda do Hip Hop na cidade de São Paulo, o combate da discriminação racial, atuação contra a violência policial e o genocídio da juventude, geração de emprego e renda. Esses são eixos fundamentais de atuação do Fórum de Hip Hop em São Paulo.

E, justamente esse nosso trabalho está ligado diretamente à votação e aprovação dos projetos de leis que clamamos aqui para serem considerados, importantes e urgentes para o processo que estamos construindo. Projetos de lei que têm em comum o Movimento Hip Hop, que extrapola o âmbito cultural ao propor a arte como elemento intrínseco na construção de cidadãos.

Ante ao exposto, atendidas as formalidades regimentais, requeremos o desarquivamento e a apresentação na pauta de votação do Plenário desta Câmara de Vereadores dos seguintes projetos de lei:

PL 422/2004, de autoria do Vereador Carlos Giannazi (PT), que cria na cidade de São Paulo a Casa do Hip Hop.

PL 609/2003, de autoria da Vereadora Claudete Alves (PT), que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Hip Hop é Educação nas Escolas da Rede Pública na Cidade de

São Paulo.

PL 763/2003, de autoria da Vereadora Claudete Alves (PT), que cria a Casa da Cultura Hip Hop - Malcolm X e dá outras providências.

Projeto de Resolução 02/2008, de autoria da Vereadora Soninha (PT), que cria o Prêmio Sabotage e dá outras providências.

Além disso, pedimos a implementação do percentual de 20% de cotas raciais para o ingresso de negros, negras ou afrodescendentes no serviço público municipal nos cargos em comissão e de confiança nos termos da Lei 15.939, de 23/12/2013, regulamentado pelo Decreto 54.949, de 21/03/2014, e que tenha interlocutores do Movimento Hip Hop nos referidos cargos indicados por este Fórum.

Essas são leis que possibilitarão ações, através de eventos culturais, infraestrutura, memória, arte e educação e a valorização da cultura, através do reconhecimento dos artistas , como temos em diversos outros movimentos, através de prêmios, fomentos e políticas sociais. São ações que não estão dissociadas entre si, uma complementar a outra e serão parte constitutiva do Movimento Hip Hop da cidade de São Paulo, que abriga maior parte de jovens envolvidos com esse movimento no Brasil, possibilitando pela lei o direito e o acesso à cultura, à informação, à arte, ao lazer, à memória, a um lugar de encontro, espaço, educação, evento e reconhecimento. Com isso, urge o andamento desses projetos de leis.

“São Paulo, 10 de outubro de 2014.” (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. O próximo orador é o Sr. Carlos Rodrigo, do Fórum Hip Hop.

O SR. CARLOS RODRIGO – Boa noite a todas e todos. Como já disseram, sou o Carlos Rodrigo. Faço parte do Fórum do Hip Hop, sou do grupo Insurreição CGPP, do Grajaú, aonde não chega nada relativo à cultura. A única coisa que chega é polícia. Chega policial cheirado lá para botar terror na quebrada para depois publicamente ser travestido de cristão bonzinho e virar Vereador.

Sem mais, vou ler uma moção de urgência pela implementação da política de ações afirmativas, que visa o preenchimento dos 20% das vagas de cargos em comissão para negras, negros e afrodescendentes.

“Como é de conhecimento público ou nos termos do Estatuto de Igualdade Racial, ações afirmativas são políticas públicas, programas, serviços e projetos destinados a reparar distorções, desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas na esfera pública e privada durante o processo de formação social do País, que perdurou durante o processo de escravização e ainda persiste na sociedade atual”.

Tem na sua gênese a intenção de garantir à população preta a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa e preservação dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate intransigente a toda forma de discriminação e as demais formas de intolerância étnica, além de reconhecer, resgatar a contribuição da população afro-brasileira histórica, econômica e social na constituição da nacionalidade brasileira.

Visando superar a iniquidade e reparar as desigualdades étnicas, a Prefeitura de São Paulo aprovou a Lei 15.939/2013, que foi regulamentada pelo Decreto 54.949, de 21 de março de 2014. A referida lei dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para pessoas negras, negros ou afrodescendentes no serviço público municipal.

Ante o exposto e tendo em vista que o artigo 10 da supracitada lei estabelece o limite mínimo de 20% ao conjunto de cargos de provimento em comissão, de direção e assessoramento superior incluindo os de Secretário Municipal, Secretário-Adjunto, Chefe de Gabinete e Subprefeito e atendidas as formalidades regimentais, requeremos o cumprimento do disposto na Lei de Cotas Racionais que estejam nomeados representantes do Movimento Hip Hop, mais precisamente que sejam deste coletivo do Fórum de Hip Hop para integrar o quadro de servidores para os cargos de direção e assessoramento superior direta e indireta do Município de São Paulo.

“São Paulo, 10 de outubro de 2014.” (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com a palavra o Sr. Luiz Lobato, do Fórum Hip Hop.

O SR. LUIZ LOBATO – Boa noite a todos e todas. Nós, do Fórum de Hip Hop, apresentamos três moções hoje, algumas de urgência e outras sobre outras questões.

A Câmara Municipal fez um convite de uma deliberação do fórum à Secretaria de Direitos Humanos e também à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Município, que não estão presentes aqui hoje. Quis novamente pontuar essa questão.

Minha participação dentro desta audiência vem no quesito de propor e afirmar à Mesa, à Comissão e também aos representantes da Secretaria que o Fórum de Hip Hop tem uma proposta de uma agenda cultural para a cidade de São Paulo em relação ao Movimento Hip Hop. Obedecendo a burocracia, a gente vai estabelecer o cronograma; mês, ação e por aí vai.

O hip hop não está inserido dentro das festividades do aniversário da cidade de São Paulo, no dia 25 de janeiro. Dessa forma não adianta termos um ícone e termos 99,99% do movimento totalmente de fora. A gente precisa ter sim o hip hop no dia 25, que é o dia do aniversário da cidade de São Paulo inserido nas festividades. Existem várias ações e várias possibilidades.

Já deixamos uma cópia com o Presidente Reis e depois passaremos ao restante da Mesa. Se vocês acessarem o *blog* do fórum, lá estão todas as informações, desde a questão da agenda como a moção de urgência e as outras, até por uma questão de instrumentalização.

Saindo do mês de janeiro, passando por fevereiro, chegamos a março, que consideramos o mês do hip hop na cidade de São Paulo. Por quê? Existe sim a Lei da Semana do Hip Hop, porém há outras ações de hip hop que acontecem durante o mês de março.

Sendo São Paulo, a quarta maior capital do mundo, a capital do hip hop da América Latina, por ter uma representação desse movimento e o expandir para o Brasil - há várias controvérsias sobre isso -, a gente entende que já passou da hora de termos um mês para o Movimento Hip Hop dentro da cidade de São Paulo.

É chato a gente falar as mesmas coisas todo ano, mas se tiver de falar, estou com 32 anos, enquanto tiver vida, estou falando a mesma fita e que se dane SP. Não estou nem aí.
(Palmas)

Por quê? Assim como os membros da Mesa, todo mundo paga imposto. Quando você tem carro, paga o IPVA; se não tiver, quando o comprar vai pagar IPI e ICMS, que vale aproximadamente 35%. Ele é retido na fonte. Você paga do seu bolso para a montadora, que repassa diretamente ao Governo Federal, que passa ao Estadual, que vai repassar para o Municipal. É mais ou menos isso, mas, enfim, você paga. Esse é um exemplo bem prático de um carro. Se trouxermos esse exemplo para um pãozinho ou para qualquer outro objeto que seja, você também está pagando imposto. Até o produto pirata, que a gente compra no mercado paralelo – não fazendo alusão ao rapper -, a gente paga imposto. Paga. Você acha que não, mas paga, só que a alíquota está um pouco mais subvertida. Enfim, você paga imposto de tudo, irmão, desde o boné até aquela parada da lojinha. Tá ligado. É direito, minimamente. Que seja uma cota revertida para o Movimento Hip Hop e, logicamente, para os jovens da cidade de São Paulo também.

A gente entende que em março tem de ser realizado o Mês do Hip Hop. Nesse ponto, temos várias situações. A primeira é no dia 8, a discussão sobre gênero, haverá várias festividades lincadas ao Movimento do Hip Hop diretamente. Existe a Semana do Hip Hop, que já é tradicional. Há uma lei, que a gente foi lá, pressionou, processou e fez toda uma situação para que acontecesse, então, vamos continuar fazendo isso. Já se passaram dez anos e se for preciso mais 20 ou 30, a gente continua também, até porque faz parte de um processo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LUIZ LOBATO – Mas se ele matar, a gente está aí, os nossos filhos, essa rapaziada aqui e tal e essa mulherada também, então fortalece e já era. O importante é que o legado fique e que se expanda, se reproduza, enfim.

No ano passado, houve uma deliberação da ONU que criou o Dia Mundial do DJ,

que é o dia 9 de março. Por isso entendemos que dentro das festividades do mês de março, que é o mês do hip hop na cidade de São Paulo, tenha o do DJ no dia 9.

O Dia do Hip Hop já está dentro do calendário. Era dia 20 de novembro, mas ele entrou automaticamente dentro da Semana do Hip Hop. Assim pode ser no dia 19 ou 20 de março, enfim, vamos escolher uma data interessante.

O Dia do Graffiti é uma lei, que é no dia 27 de março. A gente entende que a comemoração desse dia tem de estar dentro das festividades do mês do hip hop. Ela não pode ser uma ação paralela ao Dia do Graffiti no Bexiga, por exemplo ou o Dia do Graffiti de uma instituição que trabalha no Centro, porque o Graffiti é do Movimento do Hip Hop, é da população da cidade de São Paulo. Ele não é de uma ONG, muito menos de um bairro, ele é da Cidade. Assim como o hip hop é um patrimônio da Cidade, o Graffiti também. Alguns pontos precisam ser revistos, repensados e, se possível, reconsiderados. Não dá para ficar vendo todo ano acontecer o mesmo e achar que é normal, porque não é.

A gente esqueceu a questão do *break*, mas o seu dia seria uma data paralela entre o dia 9 e a terceira semana, então, provavelmente, seria no dia 15 ou 16 de março. Especificamente para o Dia do *Break*, a gente precisaria, dentro daquelas considerações das moções, solicitar a criação de uma lei, assim como do Graffiti e estabelecer uma data. Mas, devemos pensar as festividades do mês de março como a realização dos quatro elementos. Se possível, um por semana e entender como isso funciona dentro do calendário.

Passamos um pano em abril e chegamos ao dia 13 de maio, Dia da Discussão Racial no Município. Obrigatoriamente, deveríamos ter o Movimento Hip Hop inserido nessa questão. Por quê? Porque isso já é feito há muitos anos, até por uma questão de sobrevivência.

Ainda no mês de maio, há as festividades da Cidade, que já estão estabelecidas há alguns anos. Um deles é a Virada Cultural, em que vemos sempre um ou dois palcos na região Central destinados para o hip hop, porém nas regiões mais extremas da Cidade, não há nada a

não ser os policiais que chegam dando tiros *y otras cositas más* e drogas também. Enfim, todas as mazelas que a sociedade deixou para os pretos da periferia.

O hip hop deveria estar inserido de uma forma até um pouco mais inteligente politicamente. Não dá para a gente ter um palco para o Movimento Hip Hop - e só ter esse palco –, um outro principal onde se colocam dois segmentos e depois não ter mais nada. Se é uma cultura que trabalha com a diversidade e com as adversidades, ela precisa estar em todos os espaços.

Dia 25 de julho é o Dia Internacional da Mulher Negra e Latino-Americana. Tanto essa como as outras datas que propomos, precisam estar dentro do calendário cultural e oficial da cidade de São Paulo. Não é algo que os coletivos de hip hop irão fazer, como sempre fizeram, por livre e espontânea vontade. Não. As Secretarias da cidade de São Paulo, os Poderes Executivo e Legislativo precisam entender que o hip hop é um patrimônio cultural desta Cidade, portanto, ser valorizado, minimamente. E isso é possível por meio da agenda cultural da Cidade. Temos pouquíssimos espaços culturais na Cidade, três ou quatro centros culturais, agora a retomada das casas de cultura e as redes CEUs. Ainda é muito pouco. A gente precisaria ter muito mais, teríamos de dobrar esse número, mas que se tenha hip hop nesses espaços e dentro dessas programações.

Saindo de julho, entramos em agosto, em que comemoramos o Mês da Juventude. A gente propõe que do dia primeiro ao 31 tenhamos atividades com o Movimento Hip Hop inserido diretamente dentro dessa programação.

Em novembro, a gente propõe que tenha ações relacionadas ao Movimento Hip Hop na cidade de São Paulo, diretamente. Que haja uma programação especificamente para o hip hop dentro desse mês, complementando as ações do Movimento Negro também.

Chegando ao mês de dezembro, a gente propõe o Dia Internacional de Combate à Aids, no dia primeiro, com ações relacionadas ao hip hop; de formação, *workshops*, batalha, exposições, mostras, *shows*, enfim, exposição dos quatro elementos e tudo o que o hip hop

tem a oferecer aos jovens e à Cidade. Dando continuidade a essas comemorações, propomos a Semana Jovem, do dia primeiro ao dia 7, em que será possível a realização de conferências de políticas de juventude e outras situações também. Finalizando, dia 10 de dezembro, que é o Dia Internacional dos Direitos Humanos, a gente entende que o hip hop tem total propriedade para dialogar sobre vários temas e Direitos Humanos é um deles.

Por isso, a gente solicita e queremos – já que o verbo é esse -, porque fiquei chateado com algumas falas dizendo que a gente não apresenta e não fala o que a gente quer, então, nós queremos, minimamente, que essa agenda proposta seja pelo menos acolhida ou vista por essa Mesa, pelo Executivo ou pelo Legislativo e que procurem entender o hip hop como ele realmente é e não apenas como um cartão de entretenimento da Cidade ou como uma situação para alguma empresa conseguir se manter viva por meio dos eventos viabilizados pelo Poder Público.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. O próximo orador inscrito é o Sr. Laerte Brasil, da Uni Brasil Trabalho.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente Nacional da União Geral Sustentabilidade dos Trabalhadores e Empreendedores de Cultura dos Estados do Brasil, que é a Uni Brasil Trabalho. A Central do Trabalho Empreendedor foi constituída recentemente, que é uma base no País da Uni Global Trabalho.

Primeiro, vimos cumprimentar os Vereadores da Comissão: o Presidente, Vereador Reis; Jean Madeira; Toninho Vespoli; autoridades da Mesa e todos e todas que aqui estão reunidos para debater o futuro da cultura e do hip hop da cidade de São Paulo.

A nossa Central além de defender os interesses dos trabalhadores, dos empreendedores individuais, ela tem uma formação desportiva e de prática. A Uni Brasil Trabalho, a partir de abril, vai disputar a segunda divisão de profissionais por meio de seu time é o Cosmos, nações, universidade pública do Brasil, futebol profissional. É um clube da central.

Ela também vai desenvolver, na cidade de São Paulo e em todo o País, a formação cultural da infância e da juventude. Aqui ela tem um projeto de instalar 96 arcas, academias de artes e cultura na frente de seus distritos. As arcas vão atuar na formação cultural de música, hip hop e outros instrumentos musicais.

Venho parabenizar aqui também o fórum de hip hop. Ele vai estar atuando aqui no combate da discriminação do hip hop e inclusive da violência policial de Estado(?), que tem discriminado a cultura do hip hop. É uma manifestação popular, tanto da população paulista e paulistana, como da nação brasileira.

Também proponho para o Sr. Presidente desta comissão e para os Vereadores que insiram um prêmio para ser destinado anualmente tanto para os empreendedores, como para os artistas do hip hop na cidade de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Atevir Nogueira, do Fórum Hip Hop.

O SR. ATEVIR NOGUEIRA – Boa noite a todos. Sou integrante de torcida organizada. Eu faço parte do fórum de hip hop e sou trabalhador da Assistência Social. Eu não sou vagabundo por ser integrante de torcida organizada e nem por curtir um rap também, como a sociedade julga aí fora.

Quem me apresentou o hip hop foi o rap. Foi por meio do rap que eu fui buscar o hip hop e entender o hip hop. O rap, por meio das letras, instiga a pessoa a pensar e a raciocinar. O rap contribuiu muito para eu fazer o curso de serviço social. Hoje sou um trabalhador da Assistência Social. O rap, a vivência no hip hop, a vivência nas ruas, a vivência dentro das torcidas organizadas contribuiu muito. Foi e é uma escola para mim. Isso me ajuda a lidar com as pessoas que estão nas ruas. Olhamos nos olhos das pessoas, independente de elas estarem em situação de rua ou na burguesia. A gente tem que trocar ideias e respeitar a todos, fazendo com que as pessoas respeitem-nos também.

Como hoje nós estamos discutindo a questão das leis e dos projetos de lei voltados ao hip hop, espero que os Vereadores que estão na mesa instiguem os outros Vereadores que foram eleitos pela população, para darem uma atenção maior para esses projetos, essas leis que foram apresentadas nessa audiência. O hip hop é um instrumento muito importante para essa adolescência, para os jovens tornarem-se cidadãos críticos e se entenderem como sujeitos de direito e não apenas serem manobras de uma elite, que é sanguessuga, explora, exclui e mata os nossos jovens, por meio da Polícia Militar, que é a mão do Estado que chega às periferias, nas quebradas.

Aos Vereadores, que trabalhem em cima dessas leis, desses projetos, que aprovelem esses projetos de lei e se tornem leis, para serem executados com qualidade. OK? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Cleiton Lima, do Fórum Hip Hop.

O SR. CLEITON LIMA – Boa noite a todos. A coisa é bem simples para nós. Já que as cinco casas de hip hop são leis, então gostaria de saber por que ainda não está rolando as casas de hip hop e nem o Prêmio Sabotagem. Por que toda essa demora, se já faz tempo que isso está engavetado com V.Exas.?

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Sônia Santos, do Movimento Negro Unificado.

A SRA. SÔNIA SANTOS – Boa noite a todos. Para quem não sabe, agora tem uma negra no Movimento Negro Unificado, a nível nacional, por São Paulo. A gente tem que fazer renovação até dentro de nós mesmos. Estou alegre de ver a Juventude Tiradentes. Eu fui e sempre sou uma jovem, porque me considero jovem no espírito de Diadema. Sei muito bem o que é a arma na cabeça. A minha cidade foi referência, na ONU, como a maior assassina. Então, a gente sabe muito bem o que ser periférico e negro. Vamos ser práticos aqui.

Sr. Presidente, nobre Vereador Reis, dentro da tomada de leis que a gente está

vendo aí que a juventude trabalhou bem. Os participantes do fórum estão excelentes, menos a Casa de Leis aqui, porque ela não fez nada de avanço, nada. Parece que nos esquecemos de uma coisa, a qual falo para vocês, jovens. Um parlamentar, um Vereador, quando é eleito, é para trabalhar para o povo. Sabiam que é funcionário de vocês? É impressionante ver esse número e ninguém fez nada. Então, estão fazendo o quê aqui dentro? A lei 10.639, que está na ADIN, outro livro que advogado carrega debaixo do braço, também está no Estatuto de Promoção de Igualdade Racial. O hip hop é referência nossa, do movimento negro. É uma luta nossa, porque o hip hop é transformação política, não é só cultural. Ela leva o jovem a pensar. Isso é a diferença. Não dá para ver o número de projetos aqui que não estão implantados. Então, eu acho que tem que se fazer um levantamento pelo fórum de juventude com os Vereadores que estão aqui, dispostos a fazer o serviço de casa, porque alguns não fizeram não, e lincar os principais, defender os principais, porque trabalho aqui não falta. Está faltando pessoas colocarem em prática.

Por que estou falando isso? Porque, para quem não sabe, em 2015, nós vamos fazer a marcha das mulheres negras. Nós somos 60% das assassinadas e violentadas, e as meninas do hip hop conseguem fazer o diálogo da desconstrução do machismo. Então, nós estamos falando de política e de cultura de transformação. Então, estou pedindo que haja, nessas lincadas fizeram, mapeiam a de urgência e trabalhem nelas. Por favor, deem um prazo. Vamos trabalhar com o prazo, pois a gente sabe quantos anos são o mandato de Vereador.

Primeiro, eu vou falar com o companheiro, mas se levarem mais três ou quatro anos, vamos ficar falando com outro ainda, porque não conseguiram implantar um. Então, nós queremos implantação já. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Wellington, da Força Ativa, Coletiva de Esquerda.

O SR. WELLINGTON – Boa noite a todos. Agradeço o Fórum Hip Hop por proporcionar essa discussão; a mesa, que fez uma boa explanação e todos que compareçam,

especificamente a galera da Cidade Tiradentes. Estamos juntos.

Primeira coisa, pessoal, eu não vou aqui apresentar proposta de projeto de lei, porque já foram apresentados vários. Eu concordo com todos, mas eu vou lançar uma reflexão aqui para a gente pensar. Primeiramente, qualquer pessoa pode fazer isso. Entrem na internet e procurem projetos do Governo voltados para a juventude. Não há nenhum projeto sério voltado para a juventude, especificamente a juventude periférica.

O Sr. Prefeito Fernando Haddad está falando das ciclovias. Eu fui dar uma olhada nesse projeto de ciclovias, que é bem interessante. Os 400 quilômetros basicamente estão concentrados em áreas mais ricas da Cidade. Então, a gente não pode nem andar de bicicleta na periferia, porque não há ciclovias. Estão em Perdizes, em Pinheiros e no Centro. É um projeto monstro e interessante para caramba, mas nem isso chega às periferias. Aí que tipo de Cidade que esses gestores estão planejando para a gente? Eu acho que nós estamos fora desse projeto de cidade.

Um projeto que foi citado aqui e achei bem interessante é o de prevenção às DST e à AIDS. É o Projeto Planta Jovem, que foi excluído de todos os centros de testagem e aconselhamento de DST-AIDS. Inclusive, há um na Cidade Tiradentes, o CTA. Ele é de suma importância para a juventude.

Há a estação Juventude. Eu não considero acreditar que a Estação Juventude ainda tenha um caráter assistencialista. Ela está na pasta da Assistência Social. Aí a Secretaria Municipal de Cultura e o pessoal da juventude, da coordenadoria de juventude tem que gestar esses espaços, porque ONGs assistencialistas não conseguem trabalhar com a juventude num outro viés educativo e cultural. A gente já sabe disso.

Para fechar a minha fala, nós encontramos, em todos os bairros periféricos da cidade de São Paulo, serviço de medida sócioeducativa, que acompanha o jovem que está em liberdade assistida e em prestação de serviço à comunidade. Então, o Poder Judiciário, junto com o Poder Executivo, leva esse serviço para a juventude da periferia. Em contrapartida, não

há núcleo de serviços de medida sócioeducativa em bairros mais ricos.

Então, quer dizer que só o jovem da periferia comete crime? Se ele comete, por que comete e quais as opções que o Estado dá para esse jovem que foi para esse chamado crime? Então, a gente tem que pensar. Os gestores que nós estamos elegendo estão pensando a Cidade apenas para uma parcela da juventude. As periferias estão aí ainda excluídas de todos os projetos que valorizam a vida. A gente tem que pensar um pouco nisso, e quando nós, o hip hop discute políticas para a juventude, não estamos discutindo o hip hop. Estamos olhando para os jovens que estão em situação de risco, de alta vulnerabilidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Eu encaminhei à Mesa Diretora o ofício que solicita a regulamentação, por parte da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo, do Prêmio Sabotagem, instituído pela resolução número 02/2008, conforme artigo 5ª, na mesma resolução em anexo. Isso foi aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes e nós, atendendo ao requerimento formulado pelo Fórum Hip Hop, encaminhamos à Presidência da Casa, para que submeta à Mesa Diretora e promova a regulamentação do prêmio.

Também encaminhamos essa questão à Sra. Presidente da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude da Câmara Municipal de São Paulo, para que a comissão indique cinco pessoas para compor a comissão julgadora, para entrega do Prêmio Sabotagem, instituída pela resolução nº 02/2008, conforme artigo 4º da mesma resolução em anexo. Então, o requerimento do fórum foi submetido à apreciação dos Vereadores da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, e aprovamos e cobramos a quem de direito para que tomem as providências que devam ser tomadas.

Vou passar a palavra à Mesa.

Tem a palavra o nobre Vereador Jean Madeira.

O SR. JEAN MADEIRA – Boa noite a todos. Como diz o Pirata, Happy Pirata, está tudo suave. Estou aprendendo com você. No primeiro dia em que conheci o Pirata, já me coloquei à disposição, porque assumi, no mês de abril, mais ou menos, a presidência da Subcomissão da Juventude nesta Casa. No meu primeiro mandato, já comecei a trabalhar com jovens. Aliás, já trabalho com jovens há vinte anos da minha vida, desde os meus 16 anos de idade, sempre com a prevenção de drogas.

Eu estou observando aqui que vocês lutando por uma causa nobre, quando há essa união da parte de cada um de vocês. Assim como eu entendo que o dependente químico não é marginal, quem curte o rap ou a cultura do hip hop não pode ser marginalizado, tem que ser valorizado. É isso que vejo em cada moça, cada rapaz que eu estou vendo aqui. Não há apenas negra, pobre e periférica, porque há uma loirinha aqui, uma branca aqui. Então, o hip hop vai abrangendo não apenas o negro, pobre e periférico, mas toda a sociedade paulistana. É isso que é legal. Ele vai mostrando a nossa força, mostrando a força que São Paulo tem e a força que vocês têm. A juventude que está aqui tem que compreender uma coisa. Aqui há essa união da parte de vocês e há um fórum organizado, como o Fórum do Hip Hop, que veio aqui, que apresentou e que cobrou. Está mais do que certo isso, pois cada um aqui veio e disse que essa é a casa do povo e os Vereadores têm que fazer o seu papel, assim como eu, o Vereador Reis e o Vereador Toninho Paiva. Somos todos Vereadores de primeiro mandato, mas aquilo que nós é proposto, de imediato, colocamos em prática, assim como fez o Sr. Presidente, nobre Vereador Reis, já com o Prêmio Sabotagem.

Eu quero deixar claro para cada um de vocês que a Câmara Municipal está de braços abertos e trabalhará junto com vocês, para que aquilo que vocês querem torne-se realidade. Agora é lógico, tem que haver, por parte tanto do Fórum de Hip Hop quanto dos Vereadores, esse entendimento. Caminharão dois se não houver entre eles harmonia e entendimento? Não. Por isso, é de suma importância os nossos gabinetes estarem abertos, para conversar, para que possamos discutir esses assuntos e fazer com que eles saiam do

papel e se tornem realidade.

Eu sempre usei, como trabalho com a prevenção às drogas, o rapper, para falar sobre a prevenção, tanto na cidade de São Paulo, como no Rio de Janeiro. O sotaque não deixa negar o período em que passei em Salvador, Bahia, porque sou Pastor; e liderei, durante 19 anos da minha vida, a juventude da Igreja Universal, com o Projeto Força Jovem Brasil, quando conseguimos mobilizar dois milhões de jovens em todo o território nacional. Em cada instituição, em cada porta da Universal - São mais de 5.400 espalhadas em todo o Brasil - nós instituímos o trabalho do grafite, instituímos o trabalho do rapper, do DJ e do *break*, porque nós entendíamos que isso era uma maneira mais fácil de falar com a juventude. Então, vamos utilizar a cultura do hip hop para fazer com que a nossa juventude paulistana pense e abandone o mundo das drogas, e ela seja orientada por meio daquilo que vocês propõem, seja num grafite, seja numa dança, seja num rapper que é apresentado, para impedir que outros jovens venham entrar e conhecer o mundo das drogas, porque muitos entram e não conseguem sair. Eu faço de tudo para que vocês venham estar sempre aqui presentes nesta Casa. Coloco o nosso gabinete à disposição. Para a Subcomissão da Juventude, para que possamos trabalhar juntos, já me propus ao Pirata, para que possamos fazer isso se tornar realidade.

Agradeço o Sr. Presidente, nobre Vereador Reis, por ter me convidado, e, mais uma vez, faço votos para que tudo aquilo que foi abordado aqui saia do papel e se torne realidade. Aquele que sabe fazer o bem e não faz, comete iniquidade. Eu tenho certeza de que cada um de vocês estão querendo usar o hip hop para fazer o bem na cidade de São Paulo; e isso vai se tornar realidade.

Que Deus abençoe a vida de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Boa noite a todos. Cumprimento a mesa, Em nome

do Sr. Presidente, nobre Vereador Reis, cumprimento todos os integrantes da Mesa. Vocês elencaram tantas coisas tão profundas, que caberia aqui um seminário. Vocês estão falando do que eu gosto de falar na Casa sempre. Vocês estão falando sobre luta de classes. É disso que vocês estão falando. Aí a discussão é muito mais profunda, porque eu não acho que, nos espaços institucionais, nem sempre a gente vai conseguir dar conta de tudo o que vocês estão falando. Isso é importante ressaltar.

Eu poderia falar algumas coisas assim: “Vamos aqui ver todos os PLs, para aprová-los”. As coisas são muito mais complexas do que parecem ser. Nesses PLs, com certeza, há muitas questões, por exemplo, sobre parceria público-privada. Aí olhamos o modelo de Estado que você quer que gerencie as coisas. Eu, por exemplo, tenho uma visão de que as PPPs faz muito bem para o nosso bolso, porque a gente paga imposto e esse imposto acaba indo para algumas organizações. É só ver as OSs na Saúde, por exemplo. O próprio Tribunal de Contas do Município fala que ali está indo um rio de dinheiro, porque não se consegue controlar se realmente essas OSs estão dando atendimento ou não; mas estão cobrando serviço, e esse dinheiro é dos nossos impostos.

Então, mesmo se aquele projeto não tiver alguma coisa sobre privatização, provavelmente eu vou falar: “Olha, nós temos que debater isso melhor”. Não é simplesmente porque há um título que parece fazer alguma coisa boa para a juventude ou para a sociedade que realmente aquilo, no meu ponto de vista, vai se efetivar numa coisa realmente boa para a juventude. Então, as coisas, às vezes, são muito mais complexas do que parecem ser.

O Vereador Reis falou uma coisa que eu vou reforçar. Um dos projetos é do Vereador Carlos Giannazi, que, na época, era do PT, e hoje está no PSOL. Quando um vereador sai da Casa, seu projeto é arquivado. Só o Líder daquele partido pode desarquivar aquele projeto. Para isso, há um trâmite na Casa. Todo projeto tem que passar, no mínimo, por três ou quatro comissões. Aqui, às vezes, existem acordos na Câmara Municipal. Cada Vereador terá seis ou oito projetos aprovados por ano. O acordo é estabelecido com o

Executivo. Então, as coisas não são tão simples como parecem ser. Estou falando isso porque, no meu ponto de vista, as coisas são bem complexas. Além do mais, pode-se aprovar uma lei na Casa, demorando cinco ou oito anos para ser aprovada, mas se ela não estiver em comum acordo com o Executivo, o Executivo vai vetar.

Eu estou aqui há um ano e meia e só tive uma lei aprovada. Por exemplo, no orçamento do ano passado, a gente colocou emenda para pessoas em situação de rua. No PPP também desse ano, a gente também colocou... Nós tiramos dinheiro, por exemplo, da reforma de Interlagos do ano passado, para colocar em projetos para pessoas em situação de rua, como agora nas políticas de operação urbana também. Colocamos projetos para pessoas em situação de rua e não foi aprovada nenhum. As coisas não são tão simples porque a Câmara não é um bloco só. As pessoas, os Vereadores têm visões diferentes de mundo, e cada um vem aqui defender a sua visão.

Senti muito nas falas que tratam as coisas como se fosse uma coisa assim, mas é bem desse jeito. Eu vou fazer um encaminhamento que acho ser mais adequado, e ainda possa surtir mais efeito. Eu acho importante o que o Sr. Presidente, nobre Vereador Reis falou, tentar desarquivar esses PLs, mas nem sempre eles vão realmente efetivar em questões reais.

Dou outra proposta, Sr. Presidente. Podemos pegar duas ou três propostas deles para efetivar, e a Comissão de Educação, Cultura e Esportes trabalhar na discussão do orçamento para a Comissão de Educação, Cultura e Esportes sensibilizar os outros Vereadores, para tentarmos implantar algum tipo de política para a cultura hip hop.

- Manifestações fora do microfone.

NÃO IDENTIFICADO – A Sra. Claudete Alves... A gente já tem um diálogo. Todo esse trâmite da Câmara a gente entende. Estamos há dez anos aprendendo. A Sra. Claudete Alves falou: “Eu abro mão da autoria das leis”. Mantendo a sua proposta, o que nos interessa? O próprio Executivo também tem esse diálogo com a gente. A gente quer a efetivação nesse momento, da Casa de Hip Hop e do PL de Educação, nesse momento. Quanto ao restante,

depois a gente derruba(?) na Casa.

O SR. TONINHO VESPOLI – Se essa é a prioridade, pode haver(?) o compromisso dos Vereadores da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Nobre Vereador, há projetos que não são do Vereador. Se há acordo com o Executivo, peça que o projeto seja enviado para a Casa, porque é dele. Casa de Cultura não é de Vereador, não é de competência do Vereador. Então, se há acordo, conversa com o Executivo, é mandado o projeto do Executivo e nós vamos aprovar. Não é uma matéria nossa. Apresentam a matéria que não vai vingar, que vai chegar à Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, mas vai ser declarada inconstitucional, ilegal. Vai morrer ali. Aliás, há vários projetos nossos que estão morrendo na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Aqui o diálogo é honesto. Não enganamos ninguém aqui. Podem falar: “Pode deixar que nós vamos tramitar”. Aí passam mais quatro anos e vão vir aqui e falar tudo o que vocês falaram aqui hoje. Há projetos que nós podemos aprovar.

Aí, nobre Vereador, não precisa colocar na quota, porque a gente dá coautoria, pegando seis ou sete Vereadores. A partir de quatro Vereadores assinando, não entra na quota. A gente põe na pauta e vota aquilo que é de Vereadores. Agora, quanto a projeto do Governo, quando eu apresento projeto que a competência é do Executivo, ele vai nascer morto. Aí vão dar satisfação: “Não, apresentei, mas estão enganando”. Não vou fazer isso.

O SR. TONINHO VESPOLI – A proposta não é de a gente fazer um PL.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Não, os projetos que estão aqui, por exemplo, Casa de Cultura Hip Hop, o PL 422, do Executivo. Quem constrói casa de cultura... Aliás, o Executivo não precisa nem fazer lei para construir casa de cultura. Basta querer. Ele vai lá e faz; desapropria o terreno, contrata empreiteira e constrói o prédio. Não é preciso projeto de lei para isso. Quando o Governo vai fazer uma escola não precisa de um projeto de lei. Para fazer um CEU, não precisa de um projeto de lei. Ele vai lá e faz. Então, não é projeto de Vereador

que vai fazer uma Casa Hip Hop. Ou seja, se o Executivo quer fazer, fala: “Lá vamos fazer um espaço no parque do Hip Hop”. Não precisa de projeto de lei. Há orçamento? Há vontade política? O Governo quer fazer? Vai lá e faz. Se eu sou prefeito, eu preciso aprovar projeto para fazer uma avenida? Não preciso. É por isso que é matéria do Executivo. Tudo bem, os Vereadores apresentam aqui. Eu mesmo apresentei o projeto da Casa de Cultura do Funk, mas eu sei que não é minha competência, mas eu estou estabelecendo debate.

O Vereador Jean Madeira apresentou um projeto da Secretaria de Prevenção às Drogas. Não é matéria do legislador, é matéria do Executivo. Então, o Sr. Prefeito, por decreto, monta o seu Secretariado. S.Exa. pode falar: “Eu quero a Secretaria tal, tal e tal”. S.Exa. faz o decreto, publica e isso passa a ter validade. Então, se há acordo e conversa com o Sr. Secretário, podem falar: “Queremos uma Casa Hip Hop”. Não é preciso um projeto de lei para isso. Basta S.Exa. querer fazer.

O SR. TONINHO VESPOLI – O Vereador, que ele pode fazer? Autorizar uma casa de hip-hop, isso poderia, que autoriza o Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vereador, todos os projetos autorizativos nesta Casa estão sendo barrados na Comissão de Constituição e Justiça, o Vereador Tripoli tem pedido parecer da Procuradoria e a Procuradoria tem dado parecer contrário e os projetos estão morrendo. Só eu tenho seis projetos nessas condições autorizativas.

O SR. TONINHO VESPOLI – Nós autorizamos, por exemplo, o parque aqui na Augusta por prerrogativa a autorização é permitida o que não é permitido é determinar que é do Executivo. O que eu estou propondo é não mexermos em lei. Quando nós discutirmos o Orçamento, aí sim colocamos no Orçamento a questão da construção de uma casa de cultura.

Cabe ao Executivo depois ver onde que se vai fazer na Cidade, eu acho que essa possibilidade seria viável, quando discutir o Orçamento, não lei. Isso seria muito mais concreto do que a gente tentar passar várias ZEIS que dependem de várias questões porque precisaríamos de acordos executivos e aqui na Casa o que eu acho muito mais difícil do meu

ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Rafael.

O SR. RAFAEL – Agradecemos a oportunidade de estar aqui explicando o programa de Arte e Educação do qual faz parte o *hip-hop* como uma parte dos arte-educadores contratados para trabalhar a lei 10.639 dentro do sistema educativo municipal.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Nando Comunista.

O SR. NANDO COMUNISTA – Para encerrar queremos frisar que queremos a construção das casas nas regiões até porque existe aí na cultura todas as outras formas de atividades de arte e cultura e porque não as populares. Eu digo que deveria ter outros movimentos para propor outras formas de arte também, outras músicas do povo, principalmente, populares, então, reafirmando que nós queremos a construção das casas do *hip-hop*, queremos a implementação dos 20% das cotas raciais para preenchimento dos cargos de confiança da população afro-brasileira e que tenham pessoas interlocutoras do *hip-hop* e que não seja do pessoal do *hip-hop* que vive ganhando dinheiro aos montes e que nem veio aqui defender o *hip-hop*. Quero ver se tem acordo com o Vereador.

Também a possibilidade de surgirem essas autorizações e nós fazermos a outra parte que é cobrar o Executivo municipal a partir do gabinete do Prefeito e as Secretarias. Cabe a nós oficializar se está cumprindo com a lei de cotas raciais, embora, tenha um prazo até 2016 para efetivar esse limite mínimo. Essa é a minha fala de continuidade da nossa luta política.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Gil Marçal.

O SR. GIL MARÇAL – Acho que o debate está muito produtivo para todos. Dá para conhecer um pouco o contexto da Casa, que é possível ir para frente, onde segura, onde barra até onde o Executivo caminhou e para onde a gente pode apontar possíveis avanços. Queria fazer algumas observações sobre o debate, sobre o nosso diálogo. A gente vem de um processo de coparticipação que está começando agora nas programações dos CEUs e é uma

coisa muito pedida pelos diversos grupos culturais da cidade que entenderam que quando o CEU passou a ser gestado só pela Secretaria de Educação de alguma forma perdeu um pouco aquele espírito inicial de ser mais do que uma escola, ser um centro de referência, um polo de desenvolvimento local da comunidade e assim sucessivamente.

Entendemos como desafio e estamos trabalhando um pouco neste desafio Fórum Pirata e todos que há uma resposta que os CEUs precisam dar há dez anos, desde quando foram criados, de como é que a gente consegue contratar os grupos que inclusive estão geograficamente próximos desses equipamentos. Na verdade essa talvez seja uma das principais pautas que estamos trabalhando agora e a resposta que a gente entende que pode ser realmente efetiva e importante no processo de gestão compartilhada dos CEUs junto com a educação, esportes, enfim, e de alguma forma a cultura tentar contribuir para que isso aconteça de forma efetiva.

— Não é só o cachê, vocês do Fórum já entenderam um pouco esse procedimento e já sabem lidar um pouco com isso. Às vezes eu tento contratar algum grupo que não consegue vencer as burocracias das documentações exigidas. Vamos ver se a gente consegue apresentar isso daqui para o final de 2015 ter um mecanismo efetivo de diálogo e contratação dos grupos locais, que há dez anos não tem.

A segunda coisa é que colocar os Racionais no aniversário da Cidade de São Paulo é uma coisa muito simbólica e efetiva. Estamos falando de um grupo que talvez tenha um respeito que tenhamos pela sua trajetória, pelas letras que compõem, pelo discurso que fazem e não acho que é qualquer coisa, não acho que é pouca coisa na verdade. Temos de pensar sempre no mais e não no menos. Daqui a pouco vem o Public Enemy aqui e a gente está muito feliz de trazê-los em São Paulo.

É uma batalha antiga. Ao mesmo tempo estamos felizes também de buscar possibilidades como foi na semana do *hip-hop* de dialogar com diversos grupos, com esses nomes mais comerciais, com nomes menos comerciais e vamos dialogar e trabalhar com

todos. Isso de alguma forma sinaliza pelo menos um posicionamento atual que é o seguinte: temos em São Paulo uma rede de bibliotecas temáticas: de poesia, de cultura nordestina, de audiovisual e achamos que podemos avançar nesse programa temático para uma biblioteca de *hip-hop*. Esse compromisso a Secretaria Municipal de Cultura já está discutindo há algum tempo e mantém.

A Secretaria acabou de receber as 13 casas de cultura e oficializou mais cinco, uma coisa absolutamente recente. O programa para as casas de cultura é que a Secretaria respeite o desenvolvimento e a cultura local. Se um território específico tem uma vertente mais forte com o *hip-hop* esse movimento vai ser respeitado, mas em nenhum momento nós vamos tematizar uma casa de cultura dessa como a do *hip-hop* se a comunidade não estiver fervilhando *hip-hop*. A ideia é respeitar a cultura local. Quero fortalecer o compromisso com a biblioteca e esclarecer o compromisso com os processos culturais onde tem todas as casas de cultura. Talvez num futuro próximo a gente consiga avançar para casas específicas e daí quero avançar também porque cultura não é só equipamento, não é só caixa, prédio, cultura é modo de vida, é como a gente se relaciona, como a gente olha nos olhos, como tratamos as mulheres, a juventude, as pessoas que são pobres, ricas, negras, da classe média e assim sucessivamente. Cultura, sobretudo, é o que a gente faz aqui estando juntos.

Nos nossos diálogos, reflexões, façamos uma separação muito clara do que é o papel desse governo e o papel que esse governo assumiu para o papel com que outros governos assumiram, ou executam hoje. Quando a gente fala que a única coisa que chega lá na periferia é a polícia, ok, parabéns para o governo do Estado porque a polícia é de responsabilidade dele, não do Fernando Haddad. Se a relação conflituosa da polícia com a juventude, com nós que somos pretos, etc temos de assumir nossas responsabilidades, mas vamos esclarecer um pouco onde que estão as coisas nesse patamar porque parece que a gente é responsável pela polícia, que mata jovens na periferia e assim sucessivamente e não somos não.

Há uma diferença muito clara desse governo para o anterior, que colocou militares em todas as subprefeituras. Estamos noutro movimento o de conversar com a cidade, vamos avançar nas políticas de mobilidade urbana. Graças no M'Boi colocaram uma faixa de bike, mas é nosso direito batalhar para que tenha na Cidade Tiradentes e não só no Centro. É um direito de cidadania. Quero fazer a diferença aqui de com quem estamos conversando, não estamos conversando com a gestão do Gilberto Kassab e do José Serra, ou do Geraldo Alckmin. Estamos em outro lugar, estamos aqui sexta-feira, 22 horas, nesta Casa, conversando, trabalhando, etc. O espaço é para o diálogo, para a inclusão.

O Haddad foi na zona Leste esses dias discutir cultura, quando esses executivos anteriores saíram e foram até a Leste? Vocês são formadores muito fortes. Vocês tem um papel que é extremamente importante.

Os programas de cidadania na Cidade Tiradentes, especificamente, temos seis projetos do Vai, um projeto do Vai 2, dois pontos de cultura, cinco agentes de cultura o que totaliza em 2014 um apoio direto da Secretaria de Cultura de 450 mil reais. Estamos falando de projetos que desenvolvem fotografia, teatro, artesanato, *hip-hop*, ponto de cultura como pombas urbanas e outros grupos.

O rapaz que falou que no Grajaú não tem nada, queria falar que o Grajaú é a maior referência de território onde a cultura é realizada de forma muito forte e quando falo que cultura não é só equipamento acho que avançamos muito no poder público quando paramos de entender que cultura era só construir prédios e perceber que os grupos culturais sabiam o que era importante ser feito nos seus territórios. Isso se deu por meio de parcerias e de apoio para os trabalhos desses grupos nesses territórios. Isso aconteceu muito nesses programas que a gente já citou.

Na Capela do Socorro, mas principalmente, no Grajaú, que é onde mais estão concentrados esses grupos tem investimento esse ano de um milhão e 350 mil. No Grajaú tem coisa acontecendo para todos os lados. Precisamos olhar e perceber que os apoios, as

relações, acontecem de diversas formas. Tenho dados, nomes, números de telefones e endereços onde essas coisas estão acontecendo. O impacto disso é muito forte, estamos disputando uma cidade, um discurso de cidade, sobretudo, essa cidade está mudando sim e temos outra relação com a cidade.

Existe uma série de outras atividades que também são envolvidas ações com o *hip-hop*, cito, por exemplo, a própria Virada Cultural que aconteceu em 13 CEUs e também teve a participação do segmento *hip-hop*. Eventos que a gente apoia como estéticas da periferia tem atividades do *hip-hop* e o Ricardo do Centro Cultural da Juventude está aqui e eu recebo diversas programações de atividades de *hip-hop* que acontecem no Centro Cultural da Juventude, não são poucas.

No mês da cultura independente também aconteceram programações de *hip-hop* e no circuito cultural também. Acho que conseguimos avançar de 2013 para 2014 significativamente. Temos de dar o pulo do gato agora, dar um salto muito maior daqui para frente, mas eu acho que também precisamos reconhecer o que está acontecendo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. _____ - ...para um ajudar o outro. Eu posso fazer isso, o Executivo faz isso, aí você está representando o Executivo e aí é obvio... a gente é crítico de um monte de coisa e reconhecemos os avanços, mas para quem quer chegar a 100, 10 é pouco. O que nos interessa é que falamos aqui sobre o Orçamento. Essa audiência pública está no mês do Orçamento e ele vai vir para cá, daí tem a discussão com o Poder Público e a sociedade civil. Quando esse Orçamento vem para cá, como a gente faz todo esse lance que os Vereadores fazem o acordo da questão para facilitar e daí o Executivo faz o Orçamento e a gente vem aqui e faz a pressão necessária também para entender que não é uma voz só dos Vereadores, do Executivo, é o próprio *hip-hop* que está querendo somos críticos justamente porque beneficiou um monte de caras do *hip-hop*, concordo, mas, não estão nem o Suicida e o Zé da Cida que teriam de estar aqui porque eles são desse movimento *hip-hop* e todas as

coisas que estamos entregando, entregamos para o Prefeito de São Paulo, passou e não foi feito.

Todo o trâmite burocrático do estado burguês, fizemos e também tem a demanda e a gente quer a devolutiva. É obvio que apresentamos um monte de lei porque Direitos Humanos e Juventude não estão aqui e nós temos um agravante de mortes de jovens e adolescentes e Direitos Humanos está fazendo filme de *playboy*, não manda uma carta contra o Geraldo Alckmin contra o “infernômim” é isso mano, não é brincadeira. Não quero nem falar das outras culturas, mas só quero fazer os acordos, respeitando todos. Eu acho que nem é você que devia estar aqui. Você é oriundo da periferia, tinha de estar os “coxinhas” que não estão. “Esses caras da Secretaria de Cultura que estão lá, eles ficam contratando pessoas e faz a cultura ser somente promover e cultura não é promover”. Quer ser promover vai trabalhar em danceteria, cultura é outra fita: é contra o machismo, racismo e etc e homofobia. Suave.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vou pedir à assessoria da Comissão de Educação as Notas Taquigráficas desta audiência pública sejam enviadas ao Prefeito Fernando Haddad, ao Secretário Municipal de Cultura, ao Secretário Municipal de Educação, ao Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude da Câmara Municipal de São Paulo para que todos tomem conhecimento desta audiência da data de hoje.

Agradeço a participação de todos vocês, aos Vereadores Toninho Vespoli e Jean Madeira, à Jornalista Cândida, Gil Marçal, Nando Comunista, Rafael da Educação e nada mais havendo a tratar declaro encerrados os trabalhos.